



Processo Legislativo 335/2025 – Projeto de Lei n. 1918/2025

## **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROCESSO LEGISLATIVO Nº 335/2025**

**PROJETO DE LEI Nº 1.918/2025**

**AUTOR: SÉRGIO RODRIGUES GONÇALVES**

**RELATORA: KARLA JACKELINE DA SILVA SOUZA**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei que *“Dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública da AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA PRIMAVERA NR 4231.”*

Junto com o corpo da proposição veio sua justificativa (fls. 003), Certidão de Averbação à fl. 014, Estatuto da Associação registrado em Cartório às fls. 004/013, Edital de Convocação às fls. 015/016, Ata da Assembléia Extraordinária para a eleição dos membros da Diretoria Às fls. 017/028, Documento de Identidade da Presidente e Tesoureiro, fls 029/031, Relatório de Atividade, fls. 053/062, Prova de remuneração diretores, Prova de dissolução da entidade, Publicação no Dioprima (estatuto e ata de eleição da Diretoria), às fls 032/048, e, por fim, Parecer Jurídico favorável ao trâmite regular do processo legislativo - fls. 057/060, o qual recomendou a juntada do CNPJ e Balanço Patrimonial.

Houve então a leitura do Projeto em Plenário, vindo os autos a esta Comissão de Justiça e Redação para formulação de parecer, consoante norma regimental.

Desta feita, ora apresentamos o presente relatório, passando à análise do tema em questão.

### **II – ANÁLISE**

É fundamental destacar que, conforme o regimento, a Comissão de Justiça e Redação deve elaborar seu parecer considerando os aspectos constitucionais, jurídicos, legais e textuais dos processos legislativos em andamento nesta casa de leis. Ultrapassar esses limites configuraria uma atuação ilegítima, de acordo com o que estabelece o art. 42 do RICM, como se observa:



Processo Legislativo 335/2025 – Projeto de Lei n. 1918/2025

***“Art. 42. A Comissão de Justiça e Redação competirá opinar sobre todos os processos e proposições entregues, à sua apreciação quanto ao seu aspecto constitucional, de redação e jurídico.”***

Portanto, é evidente que a questão em discussão está dentro das atribuições desta Comissão de Justiça e Redação, o que afasta qualquer alegação de irregularidade jurídica por falta de competência para analisar a proposta.

É relevante mencionar que a iniciativa legal está em conformidade com as disposições da Constituição Federal de 1988, em particular o art. 30, inciso I, que aborda a competência legislativa do município, vejamos:

***“Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;”***

Importante frisar na análise do presente Projeto de Lei, o que traz expresso a Lei Municipal nº 986, de maio de 2007, mais especificamente o artigo 2º, §5º, incisos I a IX, onde requer o cumprimento de alguns requisitos que lá estão elencados para dar possibilidade ao prosseguimento aos trâmites do processo em tela, e diga-se que o ora analisado Projeto de Lei cumpre de forma objetiva os requisitos legais supracitados.

***“Art. 2º A proposta de Declaração de Utilidade Pública será objeto de projeto de lei apresentada nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal.***

§ 5º Acompanharão os projetos de utilidade pública os seguintes documentos:

***I - Cópias do estatuto da entidade devidamente registrado em cartório de registro;***

***II - Ata de eleição da diretoria em exercício de mandato;***

***III - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;***

***IV - Balanço do ano anterior;***

***V - Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do Presidente e do tesoureiro da entidade;***

***VI - Relatório detalhado das atividades da entidade em que fique evidenciada a prestação de serviços desinteressada à comunidade;***



Processo Legislativo 335/2025 – Projeto de Lei n. 1918/2025

*VII - Prova, em disposição estatutária, de que os diretores da entidade não recebem qualquer tipo de remuneração na entidade;*

*VIII - Prova, em disposição estatutária, que em caso de dissolução da entidade, os remanescentes serão destinados a entidades de mesmo formato jurídico, vedada a distribuição entre os associados.*

*IX - Publicação do extrato dos Estatutos no Diário Oficial do Município e registro do mesmo em cartório;*

Como se vê, ficou faltando a seguinte documentação: CNPJ e Balanço Patrimonial, o qual foi feito a juntada e se encontra em anexo deste parecer, ficando assim, todos os documentos exigidos pela lei estão devidamente anexados ao Projeto de Lei, não sendo um impeditivo para o andamento do mesmo.

Quanto às exigências relativas à técnica legislativa, o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Quanto aos objetivos do projeto, não se identifica qualquer impedimento à proposta, considerando que a finalidade principal do Projeto de Lei em questão é declarar **Utilidade Pública da AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA PRIMAVERA NR 4231.**

Nota-se que a iniciativa legislativa tem grande relevância, pois a importância desta entidade desempenha um papel essencial na formação de condutores responsáveis e conscientes, contribuindo diretamente para a diminuição de acidentes de trânsito e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Na justificativa exarada pelo Autor vemos que:

*(...) Além disso, a “AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA PRIMAVERA j JÍ NR 4231”, terá como principais objetivos praticar a beneficência do modo mais amplo possível, especialmente a assistência social aos menos favorecidos; o incentivo à instrução e à cultura em todos os seus níveis; promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a*



Processo Legislativo 335/2025 – Projeto de Lei n. 1918/2025

*democracia e outros valores universais; pugnar pelo aprimoramento moral, social e intelectual da humanidade, pelo cumprimento do dever e investigação constante da verdade, além de proclamar os princípios gerais da Maçonaria, expressos na Constituição do GOB..*

*A concessão do título de utilidade pública à “AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA I! SIMBÓLICA PRIMAVERA NR 4231”, é, portanto, uma forma de reconhecer a importância desta entidade no fomento filantrópico, além de destacar o impacto positivo que suas ações têm no fortalecimento do espírito comunitário e no desenvolvimento social de Primavera do Leste. Ao receber esse título, a Augusta Loja Simbólica poderá ampliar seus recursos e atividades, potencializando ainda mais seus benefícios para a cidade e seus habitantes.”*

Diante do exposto, o Projeto de Lei está perfeitamente enquadrado às legislações de regência, não se encontrando, outrossim, restrições de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, lavra-se parecer pela sua constitucionalidade e juridicidade, de modo que se encontra perfeita e pronta para se incluir no ordenamento jurídico municipal.

### **III – CONCLUSÃO**

Logo a presente proposição **ATENDE** ao interesse público buscado, demonstrando que o projeto é viável, legal e constitucional.

### **IV – VOTO**

A Sra. Ver. Karla Jackeline da Silva Souza (Relatora):

Por isso, o meu parecer é **FAVORÁVEL** pela deliberação, discussão e votação da proposição pelo soberano plenário.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2025.

---

**KARLA JACKELINE DA SILVA SOUZA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Fls. \_\_\_\_\_ Ass. \_\_\_\_\_

Processo Legislativo 335/2025 – Projeto de Lei n. 1918/2025

---

## V – VOTO

A Sra. Vereadora Gislaïne Alves Yamashita (Membro).

Voto “**pelas conclusões do relator**”.

É como voto.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 2025.

---

**GISLAÏNE ALVES YAMASHITA**